

GRUPOS IDENTITÁRIOS E FRONTEIRAS SIMBÓLICA NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

José Augusto Conceição Pereira joseaugustopsicossocial@gmail.com GENTES Brasil

Eliab Xavier
eliabpsi@gmail.com
GENTES
Brasil



RESUMO

Queremos apresentar os resultados de uma investigação cujo objetivo específico foi avaliar a percepção da população da cidade do Rio de Janeiro quanto à possível presença de grupos identitários. Estes grupos, que são definidos por Fredrik Barth como étnicos, constituem o objeto do estudo que, por seu turno, é analisado a partir da categoria fronteiras simbólicas, conforme conceituação formulada por Michèle Lamont e Virág Molnár. O cerne de nosso problema investigativo reside na busca por saber quais grupos étnicos (eventualmente) existem na cidade do Rio de Janeiro e, por conseguinte, o rol de atributos identitários de cada um. Neste diapasão nos caberia elencar apenas, entre os grupos mais expressivos, aqueles constituídos, em caráter perene, em torno de identidades básicas as mais gerais. Estes, então, seriam, por hipótese: os burgueses, os evangélicos, os favelados, os negros e os nordestinos.

ABSTRACT

We present here results of an investigation which propose was to evaluate the perception of the Rio's population regarding the eventual presence of identity groups. These groups, which are defined by Fredrik Barth as ethnic, constitute the object of this study, analyzed from the category symbolic boundaries, according to the conceptualization formulated by Michèle Lamont and Virág Molnàr. The research problem lies in the quest to know which ethnic groups (eventually) exist in the city of Rio de Janeiro and what are the identity attributes of them. We suspect (hypothesis) these group are: the bourgeois, the evangelicals, the favelados, the blacks and the Northeasterners.

Palabras clave

(Grupos étnicos, Fronteiras simbólicas, Imaginário Social)

Keywords

(Ethnic groups, Symbolic boundaries, Social imaginary)



I. Introdução

Aqui apresentamos os resultados de um estudo desenvolvido ao longo de 2016, com o objetivo de mensurar a percepção da população do Rio de Janeiro quanto à possível presença, na cidade, de grupos definíveis como étnicos, segundo conceituação de Fredrik Barth. A saber: "uma forma de organização social" caracterizada pela "auto-atribuição e a atribuição por outros" de uma ou mais categorias de classificação de pessoas em termos de *identidade básica mais geral*: origem e circunstâncias de conformação; estas últimas – as circunstâncias de conformação – reduzidas a duas diferentes ordens de conteúdo cultural: (1) sinais e signos diacríticos e (2) orientações valorativas básicas, o que usualmente tratamos por *etnicidade* (Barth, 2000, p. 32).

Este objeto de estudo – grupos étnicos da cidade do Rio de Janeiro – analisamos a partir da categoria Fronteiras Simbólicas, assim entendidas as "distinções conceituais feitas por atores sociais para categorizar objetos, pessoas, práticas e até mesmo tempo e espaço" as quais se traduzem em "ferramentas pelas quais os indivíduos e os grupo lutam e chegam a acordo sobre as definições da realidade" (Lamont e Molnár, 2002, 168).

O problema investigativo reside em saber quais os grupos étnicos (eventualmente) existem na cidade do Rio de Janeiro e, por conseguinte, o rol de atributos identitários de cada um? Por hipótese, acreditamos sejam os mais expressivos, entre aqueles constituídos em caráter perene e, em torno de identidades básicas as mais gerais: os burgueses, os evangélicos, os favelados, os negros e os nordestinos.

A relevância desta pesquisa se explica a partir da teoria da sociodinâmica da estigmatização de John Scotson e Norbert Elias (ELIAS, p. 23), segundo a qual:



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

O grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo outsider as características "ruins" de sua porção "pior" – de sua minoria anômica. Em contraste, a auto-imagem do grupo estabelecido tende a se moldar em seu setor exemplar mais "nômico" ou normativo – na minoria de seus "melhores" membros.



II. Marco teórico/marco conceitual

O pressuposto lógico deste ensaio repousa sobre um específico aspecto da teoria do imaginário de Cornelius Castoriadis (2000, p. 142), a saber: "o significante, por suas ligações naturais e históricas virtualmente ilimitadas, sempre excede a fixação rígida a um significado preciso, podendo levar a ligações totalmente inesperadas". É este o fundamento que abre a possibilidade de classes sociais, grupos religiosos, vizinhanças e grupos de cor serem representados como grupos étnicos.

Considerando, porém, a importância que a concepção de burguesia tem para esta investigação, antecipamos, aqui, o dado segundo o qual a noção que se desenvolveu, no Brasil, a este respeito se ligar ao movimento eugênico, surgido na Europa, na mesma ocasião em que entre nós se desenvolvia uma política de incentivo à imigração.

Uma vez que burguesia, Europa, europeu e branco foi, inapelavelmente, uma associação de valores constituintes de símbolos elementares, foi possível coincidir o ideal do racismo científico brasileiro (o branqueamento pela mestiçagem) com o ideal eugênico (aburguesamento da sociedade) porquanto, no magma, núcleo do imaginário social brasileiro, subjacente à idéia de burguesia já se encontrassem as representações elementares do negro e do branco, conforme escolha feita pela sociedade brasileira.

Estas escolhas, conforme explica Castoriadis, (2000 p. 181) são feitas por meio de um sistema de significações imaginárias que tanto estrutura e hierarquiza quanto valoriza e desvaloriza um conjunto cruzado de objetos e de faltas correspondentes. Assim, uma vez dotadas dos valores como, de um lado, África, escravidão, miséria, trabalho, inferioridade, desprestígio, deficiência, comer mal, morar mal, mal vestir; e, de outro lado, Europa, senhorialismo, riqueza, ociosidade ou trabalho livre, superioridade, prestígio, eficiência, comer bem, morar bem, bem vestir, as



representações elementares do negro e do branco, respectivamente, teriam adquirido a natureza de símbolos elementares.

A sociedade brasileira retiraria de tudo isto elementos para a construção de seu discurso fundante, cuja função é a de instituir uma realidade, ou seja, emprestar ao real um sentido. Daí surgir, no imaginário secundário, periférico, ou efetivo (entendido como o imaginado), uma nova elaboração discursiva, criada a partir do discurso fundante, segundo a qual embranquecer seria sinônimo de aburguesar.

Estímulo é todo corpo exterior ao corpo de um animal que ao impactá-lo produz um resultado capaz de ser percebido por suas terminações nervosas. Ao resultado do tal impacto chama-se sensação. Sendo infinitos os tipos de sensações, podem, no entanto, classificar-se em cinco categorias definidas em razão do órgão pelo qual se capta o estímulo: audição, olfato, paladar, tato e visão. Os tipos de sensações são representados na psique como imagens acústicas, olfativas, palatais, táteis e visuais, à medida de cada experiência vivida pelo animal. Nesta condição, a imagem é, para nós humanos, a menor parte de uma idéia.

Conforme Cornelius Castoriadis (2000, passim) haveria, no plano do inconsciente, um conjunto imensurável de imagens a que ele nomeou *magma de representações*. Para o psicanalista, a conjugação de uma imagem (significante) com um conceito (significado) resulta no que chamou de *representações primárias* (signos), cujo repositório constitui o que ele denominou *imaginário radical*. A conjugação destas representações forma novas significações que, chamadas *representações secundárias*, constituem o que designa *imaginário secundário* ou *imaginado*. Segue, então, novas conjugações, a que chamou *imaginário último*.

Vale dizer que para Ferdinand de Saussure (2006, p. 80), o signo seria a resultante da composição unicamente de imagem acústica (significante) com conceito (significado). Contudo, aí, Saussure deixou de considerar as diversas linguagens de sinais cujos signos não se formam de imagens acústicas.



Outra observação a se fazer respeita ao fato de que as imagens são retidas pela psique que é uma instância individual. Entretanto, cada um de nós constrói suas próprias representações por recurso à miríade das representações formadas por outros homens. Aliás, estas últimas são o que Serge Moscovici nomeou representações sociais, cujo repositório é o que Castoriadis intitulou imaginário social, a saber: uma instância humana coletiva que abriga todas as representações sociais. Instância que, nesta condição, equivale ao que para o indivíduo é a psique.

Fato é que todo o universo do nosso conhecimento é constituído de representações. No entanto, estas representações embora dotadas de sentido não o são, necessariamente, de um valor. As representações quando dotadas de valor diz-se símbolos. Daí que tudo o que se nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico (Castoriadis, 2000, p. 142).

O psicanalista reconhece que os atos reais, individuais ou coletivos – o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade – os inumeráveis produtos materiais sem os quais nenhuma sociedade poderia viver um só momento, não são (nem sempre, não diretamente) símbolos. Porém, nos faz observar serem os mesmos impossíveis fora de uma rede simbólica.

Adiante, esclarece que "encontramos primeiro o simbólico, é claro, na linguagem" mas que também "o encontramos igualmente, num outro grau e de uma outra maneira, nas instituições". E na linha do exposto acima (Castoriadis, 2000, p. 142) sustenta que as instituições só podem existir no simbólico:

...São impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica". Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados.



Portanto, a realidade, enquanto uma representação que se faz do real, é um dado simbólico. E o processo coletivo de atribuição de valor a esta representação é o que Thomas Luckmann e Peter Berger deram o nome de *construção social da realidade*.

É mesmo óbvio, no entanto, que os sociólogos abordem o mesmo fenômeno a partir de uma perspectiva diferente daquela adotada pelo psicanalista. Contudo, mesmo que se valendo de um vocabulário diverso, reafirmam as contribuições aportadas pelo estudo da *instituição imaginária da sociedade*. Neste sentido argumentam (Berger e Luckmann, 2000, p. 49) que:

A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como "lidamos" com eles nos encontros face a face. Assim, apreendo o outro como "homem", "europeu", "comprador", "tipo jovial", etc.

Entenda-se por esquemas tipificadores ou tipificações as significações imaginárias a que Castoriadis e, antes, Emile Durkheim chamaram representações. No entanto, conforme excerto acima, Berger e Luckmann sustentam que estas tipificações são construídas a partir do contato com o real e são trocadas entre os sujeitos no processo de interação, tornando-se, assim, domínio comum, ou melhor, social. Assim o dizendo, os autores aclaram o argumento de Castoriadis, nos possibilitando compreender como as representações produzidas na mente de cada indivíduo podem se tornar sociais e porque adotamos naturalmente a língua (que é um sistema de signos e, como tal, de representações) existente, desde antes nosso nascimento, no lugar no qual somos educados.

Não que, aqui, estejamos preocupados com questões tais como: formação da linguagem, campos semânticos ou zonas de significação linguisticamente circunscritas. No entanto, nos é necessário entender, como o indivíduo institui o imaginário social e, simultaneamente, é por ele instituído, à medida que os grupos étnicos e suas fronteiras decorrem de tais processos e são, portanto, realidades sociais instituídas e instituintes.



Ficam, assim, compreendidos a gênese e o conteúdo das fronteiras simbólicas. No entanto, sua definição e seus propósitos nos obrigam conhecer o estudo do estado da arte produzido por Michèle Lamont e Virág Molnàr (2002, p. 167) que as adjetivam simbólicas de modo a distingui-las das chamadas fronteiras sociais. Estas últimas definidas como formas objetivas de diferenças sociais manifestas no acesso desigual e na distribuição desigual de recursos (materiais e imateriais) e oportunidades sociais (2002, p. 168).

Ocorre que, de acordo com autoras (Lamont e Molnàr, 2002, p. 169) "somente quando as fronteiras simbólicas são amplamente aceitas é que podem tomar um caráter restritivo e de padrão de interação social, de maneira significativa", de modo a tornarem-se fronteiras sociais, tradutíveis, por exemplo, em padrões identificáveis de exclusão social ou de estigmatização em razão da classe ou do fenótipo (de hábito confundido com a idéia de raça). É neste sentido que rematam afirmando que "as fronteiras simbólicas podem ser pensadas como uma condição necessária, mas insuficiente, para a existência de fronteiras sociais".

Na esteira deste argumento, Lamont e Molnàr afirmam que recentemente a categoria fronteira vem se tornando chave para novas linhas de pesquisa em áreas como antropologia, ciência política, história, psicologia social e sociologia, associadas a estudos em cognição, identidade social e coletiva, pertença cultural, capital cultural, imigração, posicionamento de grupo racial e étnico, além de outros temas menos comuns ao meio acadêmico brasileiro, como: categorias censitárias, masculinidade hegemônica, jurisdição profissional, controvérsias científicas, grupos de direitos e outras.

Ainda segundo Lamont e Molnàr (2002, p. 169), ao longo dos últimos vinte anos psicólogos sociais britânicos e americanos trabalhando com categorização e identificação de grupos tem estudado a segmentação entre "nós" e "eles". Porém, já em 1965, Norbert Elias e John Scotson publicaram um típico estudo de comunidade, realizado na década anterior, e seminal para uma abordagem do tipo ingroup/outgroup, tratada então em termos de estabelecidos e outsiders.



Segundo os autores, a conduta típica de um grupo estabelecido é a de construir representações sociais de si referenciadas no comportamento manifesto por seus melhores membros (entendendo-se por melhores aqueles que mais expressam os valores grupais) *pari passu a* construção de representações sociais do grupo outsider baseada no comportamento manifesto pelos piores membros desta última (entendendo-se, aí, como piores aqueles mais anômicos). E como asseveram (Elias e Scotson, 2000, p. 22) é por meio dessa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, que o grupo estabelecido prova suas afirmações a si mesmo e aos outros.

Embora, não raro, os regramentos sejam estabelecidos a partir da ótica e conveniência dos estabelecidos, "a imagem preponderante desses grupos [outsiders] entre os membros dos grupos estabelecidos é a de não observantes de normas e restrições. "E no caso de diferenciais de poder muito grandes e de uma opressão correspondentemente acentuada, os grupos outsiders são comumente tidos [também] como sujos e quase inumanos".

Sob estas condições o contato mais íntimo de um integrante de um grupo outsider com outro de um grupo estabelecido representa para este último o risco de ver seu status, no grupo, rebaixado, em vista da suspeita que se pode levantar quanto a um eventual contágio com a anomia do oponente. O que, no limite, é percebido como uma ameaça às defesas do grupo estabelecido contra o desrespeito as suas normas e tabus. De cuja observância, aliás, dependem seu respeito próprio, seu orgulho e sua identidade, tanto quanto a de seus membros.

Dado de maior relevo sobre todo este processo se encontra na longa citação abaixo (Elias e Scotson, 2000, p. 26):

Os conceitos usados pelos grupos estabelecidos como meio de estigmatização podem variar, conforme as características sociais e as tradições de cada grupo. Em muitos casos, não têm nenhum sentido fora do contexto específico em que são empregados, mas, apesar disso, ferem profundamente os outsiders, porque os grupos estabelecidos costumam encontrar um aliado numa voz interior de seus inferiores sociais. Com freqüência, os próprios nomes dos grupos que estão numa situação de outsiders trazem em si, até mesmo para os ouvidos de seus membros, implicações de inferioridade e desonra. A estigmatização, portanto, poder surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder. Embora sejam necessárias outras fontes de superioridade de forças para manter a capacidade de estigmatizar, esta última, por



si só, é uma arma nada insignificante nas tensões e conflitos ligados ao equilíbrio de poder. Por algum tempo, ela pode entravar a capacidade de rataliação dos grupos dotados de uma parcela menor de poder, bem como sua capacidade de mobilizar as fontes de poder que estejam a seu alcance. Pode até ajudar a perpetuar, durante algum tempo, a primazia de status de um grupo cuja superioridade de poder já tenha diminuído ou desaparecido.

Este processo a que Elias e Scotson chamam *sociodinâmica da estigmatização* se repete em toda parte onde haja dois ou mais grupos em disputa. Sendo certo que havendo um que desfrute de privilégios dos quais os outros se vejam excluídos, estará, então, estabelecida uma hierarquização entre eles. É o que sustenta Fredrik Barth (2000, p. 51) ao afirmar que "onde um grupo étnico tem controle sobre os meios de produção utilizados por outro grupo surge uma relação de desigualdade e estratificação".

Assim, ao introduzirmos, aqui, o conceito de grupo étnico convém logo resgatar a crítica que lhe fazem Elias e Scotson (2000, p.32):

Parece que adjetivos como "racial" ou "étnico", largamente utilizados nesse contexto, tanto na sociologia quanto na sociedade em geral, são sintomáticos de um ato ideológico de evitação. Ao empregá-los, chama-se a atenção para um aspecto periférico dessas relações (por exemplo, as diferenças na cor da pele), enquanto se desviam os olhos daquilo que é central (por exemplo, os diferenciais de poder e a exclusão do grupo menos poderoso dos cargos com maior potencial de influência).

Quanto a esta crítica, é preciso, de um lado, repisar que a questão dos diferenciais de poder e a exclusão do grupo menos poderoso dos cargos com maior potencial de influência se encerra no conceito de sociodinâmica da estigmatização que consideramos suficientemente esclarecido pelos próprios Elias e Scotson. De outro, esclarecer que, conforme o excerto, Elias e Scotson consideram os termos racial e étnico como sinônimos de algo relativo a cor da pele.

No campo da etnicidade, como leciona Manuela Carneiro da Cunha (2009, p. 249), durante muito tempo pensou-se que a definição que os grupos nele inseridos tivessem natureza biológica.



Um grupo étnico seria um grupo racial, identificável somática ou biologicamente". Ainda segundo a antropóloga (2009, p. 250) "O critério que veio substituir o de raça após a Segunda Guerra Mundial – essa guerra que praticou um genocídio em nome da pureza racial – foi o critério da cultura".

Contudo, as críticas que consideraram casos em que grupos étnicos sobreviveram a mutações completas de seus patrimônios culturais e raciais, evidenciaram o fato de a língua, os costumes, as crenças serem atributos externos; e, não elementos de constituição. Por isso, "a partir dos anos de 1970, não há trabalho de antropólogo sobre questões étnicas que deixe de assumir essa definição como porto de partida" (Cunha, 2009, p. 252): grupo étnico é uma forma de organização social cujo conjunto de membros se identifica e pode ser identificados por outros, como uma categoria distinta de outras categorias.

Trata-se, segundo Cunha (2009, p. 252) de uma perspectiva inaugurada por Max Weber, em 1922; e seguida por Jean Paul Sartre (1946) e Edmund Leach (1954); que se consagrou na década de 1960 com Michael Moerman (1965), Abner Cohen (1969) e Fredrik Barth, cuja obra publicada também em 1969 – Grupos Étnicos e suas fronteiras– é, aqui, nossa principal referência teórica.

De fato, Barth (2000, p. 32) redefine o objeto dos estudos étnicos ao afirmar que o foco central para investigação passa a ser a fronteira que define o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado. Seu entendimento é de que, apesar das categorias étnicas levarem em conta diferenças culturais, os simples inventários (dos conteúdos) culturais se constituem em listas descritivas de características ou diferenças culturais que: (1) não nos autoriza supor qualquer relação de correspondência simples entre as unidades étnicas e as semelhanças e diferenças culturais e (2) não têm o condão de apontar, a partir de princípios primários, quais características os atores irão efetivamente enfatizar e tornar organizacionalmente relevantes.

Contestando a perspectiva essencialista, Barth (2000, p. 32) sustenta que "por um lado, variações ecológicas às vezes marcam e exageram certas diferenças; por outro, algumas diferenças culturais são usadas pelos atores como sinais e emblemas de diferença, ignorando-se outras".



Advogando em favor da perspectiva atributiva, condiciona a validade da mesma ao pressuposto de que "as fronteiras étnicas não correspondem ao somatório das diferenças 'objetivas'; mas àquelas que os próprios atores consideram significativas". Não importando quão diferentes entre si sejam os membros do grupo ou o quão semelhantes alguns destes sejam dos não-membros. Se dados sujeitos dizem que são A, em contraste com outra categoria B da mesma ordem, é porque desejam ser tratados e ter seu comportamento interpretado e julgado como próprio de A e não de B. E se, efetivamente, membros e não-membros tratam, interpretam e julgam o comportamento destes sujeitos como próprios de A, então são A e não B.

Barth (2000, p. 32) argumenta que os sujeitos passam a formar grupos étnicos quando, tendo como finalidade a interação, usam identidades étnicas para se categorizar e categorizar os outros. Define, então, identidade étnica como sendo aquela identidade básica, mais geral, determinada presumivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação. E sublinha que as unidades étnicas, quando definidas como grupos atributivos e exclusivos, têm sua continuidade dependente da manutenção de uma fronteira.

Este modo de compreender o fenômeno étnico assume sinais e signos diacríticos e orientações valorativas como "um recipiente organizacional que pode receber conteúdo em diferentes quantidades e formas nos diversos sistemas socioculturais" e, portanto, apenas os fatores socialmente relevantes tornam-se importantes para diagnosticar o pertencimento. Estes são elementos simbólicos, isto é representações sociais, manejadas de modo a preservar a dicotomia entre membros e não membros do grupo.

O conteúdo cultural das dicotomias étnicas parece ser, em termos analíticos, de duas ordens diferentes: (i) sinais e signos manifestos, que constituem as características diacríticas que as pessoas buscam e exibem para mostrar sua identidade; trata-se frequentemente de características tais como vestimenta, língua, forma das casas ou estilo geral de vida; e (ii) orientações valorativas básicas, ou seja, os padrões de moralidade e excelência pelos quais as performances são julgadas.



Os conteúdos culturais (sinais e signos diacríticos e orientações valorativas), manejados quando necessário assinalar a fronteira, não são sempre os mesmos; ao contrário "podem mudar, assim como podem ser transformadas as características culturais dos membros e até mesmo alterada a forma de organização do grupo".



III. Metodología

A técnica adotada, conforme quadro classificatório de Freitas *et al.* (2.000), foi o *survey* descritivo, cuja unidade de análise foi a população do Rio de Janeiro, assim entendidos os estudantes, os trabalhadores e os moradores da cidade, a que se aplicou um questionário impresso, semiestruturado em 03 partes: a primeira, com que se buscava levantar o perfil social do respondente, a partir da identificação de seu sexo, idade, escolaridade, renda média mensal pessoal e domiciliar, além do local de seu trabalho e sua moradia; a segunda, em que se procurava apurar a eventual pertença étnica do respondente a uns dos 35 grupos arrolados na lista de adjetivos; e a última, a percepção do respondente quanto à eventual presença, na cidade do Rio de Janeiro, de 05 entre 35 grupos arrolados na mesma lista.

BURGÊS	EVANGÉLICO	NORDESTINO
ESTRANGEIRO/IMIGRANTE	PROLETÁRIO	SUBURBANO
BRANCO	VERMELHO	AMARELO
CATÓLICO	JUDEU	CANDOMBLECISTA
AMERINDIODESCENDENTE	EURODESCENDENTE	CAMPONÊS/CAMPESINO
AMERICANO	EUROPEU	INDÍGENA
QUILOMBOLA	CAIÇARA	PANTANEIRO
FAVELADO	NEGRO	
NORTISTA	SULISTA	
UMBANDISTA	KARDECISTA	
BUDISTA	MUÇULMANO	
ASODESCENDENTE	AFRODESCENDENTE	
ASIÁTICO	AFRICANO	
CAIPIRA	CABOCLO	



Amostra

Amostra, conforme Freitas *et al.* (2000), obedeceu o tipo não-probabilística por conveniência e foi constituída de 61 respondentes, estudantes de psicologia de duas instituições de ensino superior: uma pública e outra privada. Em bairros com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado, isto é, acima de 0,800. No entanto, um com IDH 0,952, ocupando a 13ª posição no ranking municipal e outro com IDH 0,839, na 59ª posição no mesmo ranking. Portanto, o primeiro acima e o segundo abaixo do IDH da cidade que é 0,842. O que expressa significativa variação sócio-econômico-ambiental.

Tratamento dos dados

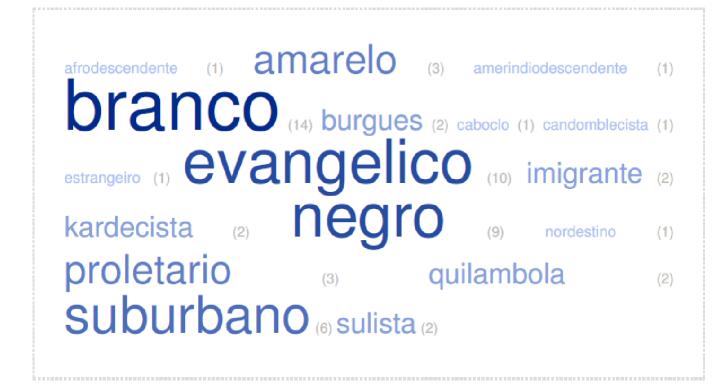
Foi submetida a cada respondente uma lista adjetivos e solicitado que escolhesse 03 (três) que caracterizasse sua pessoa. Também foi pedido que ordenasse estes adjetivos, colocando na posição nº 1 aquele que melhor o identificasse e assim por diante. Em seguida foi pedido que apontasse 03 (três) características comuns a pessoas identificadas pelo 1º (primeiro) adjetivo e (três) características comuns a pessoas identificadas pelo 3º (terceiro) adjetivo.

Foi, então, solicitado que indicasse, a partir da mesma lista, 05 (cinco) grupos os quais percebesse como os mais presentes na cidade do Rio de Janeiro e ordenasse estes grupos, colocando na posição nº 1 aquele que acreditasse fosse o de maior número de pessoas (integrantes) e assim por diante, em relação aos outros 04. Por fim, foi pedido que apontasse 03 (três) características comuns a pessoas integrantes do 1º (primeiro) grupo; 03 (três) características comuns a pessoas integrantes do 5º (quinto) grupo.



IV. Análise e discussão de dados

Auto-identificação dos Respondentes





Complemento Identitário (possíveis atributos)

afrodescendente (8) amarelo (10) americano (6) americanodescendente (1) amerindiodescendente (1) branco (21) budista (1) burgues (5) caboclo (1)
caipira (2) campones (1) candomblecista (3)
catolico (12) estrangeiro (2)
eurodescendente (3) europeu (1)
evangelico (17) favelado (4) imigrante (2)
indigena (4) kardecista (4) Negro (12)
nordestino (5) proletario (12) quilambola (2)
nordestino (5) proletario (12) quilambola (2) suburbano (35) sulista (2) umbandista (1)
vermelho (1)



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

Indicação dos grupos mais presentes na Cidade

afrodescendente e amarelo	(5)
americano (2) asodescendente (1) branco	(11)
burgues (14) caboclo (1) candomblecista	(2)
catolico estrangeiro	(6)
eurodescendente (2) europeu	(1)
evangelico favelado (45) imigrante (6) indige	(37)
tavelado (45) imigrante (6) indige	na (1)
negro (42) nordestino	(19)
nortista 6 proletario	(20)
suburbano (28) sulista	(2)
umbandista (5)	



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

Total das Identidades Grupais

afrodescender	endente (1) asodescendente	(1)
branco (25) bu	irgu	es (16) caboc	lo (2)
candomblecista (3)		tolico	(34)
estrangeiro (7) eu		dente (2) europe	u (1)
evangelico)		(47)
favelado (45)	imigr	rante (8) indige	ena (1)
kardecista (2)	ne	gro	(51)
nordestino	(20)	nortista	(6)
proletario	(23)	quilambola	(2)
suburbano	(34)	sulista	(4)
umbandista (5)			



Signos e Sinais Diacrítos

Burguês

acessibilidade	boa condição financeira	individualista
idoso	arrogante	mal educado
racista	egoísta	covarde
comodismo	materialismo	ignorância
metido	tenebroso	chato
rico financeiramente	falante	criativo
burguês	maioria representativa	classe média
elitizado	preconceituoso	privilegiado
poder aquisitivo	meios de produção	boa qualidade de vida
privilégio	Х	X

Evangélico

dominadores	impositores	sádicos
culto	jeito de se vestir	sempre fala de igreja
bondosa	otmista	feios
Х	Х	Х
periférico	fanático	conservador
tradicional	conservador	religioso
conservadorismo	preconceito	hipocrisia



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

Favelado

2001000000		
animado	marginalizado	sem acesso
alegre	comunicativo	trabalhador
reside em favela	possue menos poder aquisitivo	funk como cultura musical
mora em favela	dificuldade financeira	medo do crime
maior comunidade	morar em comunidade	x
militância	alegria	simplicidade
estereotipado	"escravizados"	perseverantes
negro	nordestino	baixa renda
trabalhador	jovem	subestimado
dominadores	impositores	sádicos
culto	jeito de se vestir	sempre fala de igreja
bondosa	otmista	feios
Х	х	х
periférico	fanático	conservador
tradicional	conservador	religioso
conservadorismo	preconceito	hipocrisia
trabalhador	excluido	discriminado
medo	esperança	paciência
afrodescendente	pobre	injustiçado
negro	baixa renda	analfabeto
local onde mora	pouca oportunidade	perspectiva baixa
discriminados	rotulado	sem instrução
estereótipo	negro	funkeiro
origem pobre	pouca oportunidade de crescimento	simplicidade
religioso	cultura forte	vítima de um sistema elitista
pobre	trabalhador	marginalizado



Negro

cultural	sociedade	realidade
guerreiro	persistente	determinado
racismo	excluido	medo
de guarra	uma cultura	sofre preconceito
guerreiro	injustiçado	inteligente
sofrido	capaze	persistente
discriminado	não é retinto	oprimido
baixa renda	excluído	estigmatizado
discriminado	resistente	pobre
discriminação	preconceito	força
favelado	umbandista	suburbano
marginalizado	potência	superação
desigualdade de renda	vítimas de uma sociedade racista	desfavorecimento social
rica	pobre	religiosa
trabalhador	alegre	orgulhoso
cultural	sociedade	realidade
guerreiro	persistente	determinado
racismo	excluido	medo
de guarra	uma cultura	sofre preconceito
guerreiro	injustiçado	inteligente
sofrido	capaze	persistente
discriminado	não é retinto	oprimido
baixa renda	excluído	estigmatizado
discriminado	resistente	pobre
discriminação	preconceito	força
favelado	umbandista	suburbano
marginalizado	potência	superação
desigualdade de renda	vítimas de uma sociedade racista	desfavorecimento social
rica	pobre	religiosa
trabalhador	alegre	orgulhoso



Las encrucijadas abiertas de América Latina La sociología en tiempos de cambio

Suburbano

animado	marginalizado	sem acesso
alegre	comunicativo	trabalhador
reside em favela	possue menos poder aquisitivo	funk como cultura musical
mora em favela	dificuldade financeira	medo do crime
maior comunidade	morar em comunidade	х
militância	alegria	simplicidade
estereotipado	"escravizados"	perseverantes
negro	nordestino	baixa renda
trabalhador	jovem	subestimado
dominadores	impositores	sádicos
culto	jeito de se vestir	sempre fala de igreja
bondosa	otmista	feios
Х	Х	х
periférico	fanático	conservador
tradicional	conservador	religioso
conservadorismo	preconceito	hipocrisia
trabalhador	excluido	discriminado
medo	esperança	paciência
afrodescendente	pobre	injustiçado
negro	baixa renda	analfabeto
local onde mora	pouca oportunidade	perspectiva baixa
discriminados	rotulado	sem instrução
estereótipo	negro	funkeiro
origem pobre	pouca oportunidade de crescimento	simplicidade
religioso	cultura forte	vítima de um sistema elitista
pobre	trabalhador	marginalizado



Revelaram-se como os cinco grupos étnicos mais expressivo no Rio de Janeiro: o branco, o evangélico, o favelado, o negro e o suburbano. Os nordestinos não são percebidos como um dos cinco grupos de expressão. Branco é retratado como burguês, que tem em seu controle os meios de produção, portanto, a boa qualidade de vida; demarcação política, arrogante, racista, que concentrase na população mais velha O evangélico é descrito como amoroso, como alguém que acredita em Deus; mas também tão fanático e conservador. O favelado é retratado como negro, trabalhador (titular da força de trabalho), com pouca instrução, pouca oportunidade e pouca renda, marginalizado, estereotipado; no entanto, esperançoso (humilde) simples, alegre e jovem. O Negro é representado como possuidor de uma cultura de que é orgulhoso e militante (guerreiro, determinado, persistente) contra as desigualdades socioeconômicas derivadas do racismo de que é vítima; além disso, como religioso (associado com os cultos de matriz africana) e excluído; porém, com grande capacidade de auto-aperfeiçoamento. Por fim, suburbano é representado como simples (humilde), trabalhador, classe média, um habitante dos bairros servidos pelo serviço de transporte ferroviário, alegre, festivo, comunicativo, inventivo.



V. Conclusões

No limite, a cor se revela um traço de que o branco se utiliza para demarcar fronteira frente ao negro, à medida que este último assimila a estética burguesa e ameaça sua posição no topo hierárquico entre os demais quatro grupos. De outra banda, o evangélico (de todas as cores), renuncia, não apenas ao culto, mas a tudo que reporte a uma matriz africana e, portanto, não-burguesa. Disputa com o negro uma posição de vantagem na hierarquia mencionada. O suburbano (de todas as cores) aciona a estética é proletária como demarcador de sua fronteira, ignorando a disputa entre os três grupos anteriormente citados. Por fim, o favelado, se revela o grupo contra o qual as fronteiras de todos os demais são acionadas. Na escala, é lançado à condição a que Erving Goffman designa grupo pária.

É, portanto, certo dizer que neste imaginário social a ideia de burguesia compreende um modus vivendi, um estilo de vida, uma estética em tudo refletida: no vestuário, na alimentação, na habitação, na linguagem, na conduta etc. Uma estética que se tem de se reproduzir em todas as classes, como meio de garantir tanto a formação social em que se encerra quanto a reprodução constante das condições de produção de seu peculiar modo de produção.

Tendo em conta que por mais de um século o Rio de Janeiro foi a capital do país e centro irradiador de ideias para as populações dos demais rincões – se pode estender ao Brasil como um todo, as conclusões do caso aqui examinado, mesmo a despeito de sua extensão e da variação da preponderância de seus grupos étnicos conforme a região.

Neste sentido afirmamos que no imaginário social brasileiro, a burguesia não se encontra representada como uma classe; e sim, como uma etnia. E, no limite, que o distanciamento do modelo burguês impõe, àqueles que deliberada ou inocentemente o façam, a estigmatização como



pena. Parecendo, pois, ser o, ideal burguês, o significante central de uma espécie de neurose coletiva em que se constitui o problema étnico brasileiro.



VI. Bibliografia

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidad**e. Petrópolis: Vozes, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2009

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FREITAS, Henrique (et al.). O método de pesquisa survey. **Revista de Admininstração**. São Paulo v.35, n.3, p.105-112, julho/setembro 2000.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The study of boundaries in the social sciences. **Annu. Rev. Sociol**. 2002. 28: 167–95.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SAUSSURE, Ferdinand. Curso de lingüística geral. 18. ed. São Paulo: Cultrix. 1995.